



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Fevereiro 2026

v. 6 n. 56

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Fevereiro 2026

v. 6 n. 56

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira

Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

**CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES
PARA O DESENVOLVIMENTO INICIAL DA LEITURA E DA ESCRITA**

PHONOLOGICAL AWARENESS IN THE LITERACY CYCLE: IMPLICATIONS FOR
THE INITIAL DEVELOPMENT OF READING AND WRITING

CONCIENCIA FONOLÓGICA EN EL CICLO DE ALFABETIZACIÓN:
IMPLICACIONES PARA EL DESARROLLO INICIAL DE LA LECTURA Y LA
ESCRITURA

Maria Das Graças Gomes Conceição

Orientadora: Profa. Dra. Joselene Granja Costa Castro Lima

RESUMO

O presente estudo analisa a contribuição da consciência fonológica para o desenvolvimento inicial da leitura e da escrita no ciclo de alfabetização, investigando as implicações de sua incorporação nas políticas educacionais brasileiras. Adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e documental, empreendendo uma análise sistemática da literatura da ciência cognitiva da leitura e dos marcos normativos federais (PNAIC, BNCC, PNA e CNCA). Verifica que há uma convergência crescente entre a ciência e a legislação, que reconhece a consciência fonêmica como o preditor mais robusto do sucesso na decodificação e na precisão ortográfica. No entanto, a pesquisa evidencia uma significativa lacuna entre a prescrição normativa e a transposição didática na sala de aula. Observa-se que muitos professores enfrentam dificuldades na implementação de práticas de instrução fônica sistemática e explícita, comprometendo a formação da rota fonológica dos alunos. Conclui-se que o cumprimento das metas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada dependerá diretamente da promoção de uma formação docente prática e aprofundada, capaz de traduzir as evidências científicas em sequências didáticas progressivas, lúdicas e articuladas com o letramento, garantindo a competência e a sustentabilidade do ensino do fonema.

Palavras-Chave: Decodificação; instrução fônica; letramento; neurociência; prática pedagógica.

ABSTRACT

This study analyzes the contribution of phonological awareness to the initial development of reading and writing in the literacy cycle, investigating the implications of its incorporation into Brazilian educational policies. It adopts a qualitative approach of a bibliographic and documentary nature, undertaking a systematic analysis of the cognitive science of reading literature and federal regulatory frameworks (PNAIC,

BNCC, PNA, and CNCA). It verifies a growing convergence between science and legislation, which recognizes phonemic awareness as the most robust predictor of success in decoding and spelling accuracy. However, the research reveals a significant gap between normative prescription and didactic transposition in the classroom. It notes that many teachers face difficulties in implementing systematic and explicit phonics instruction practices, compromising the formation of students' phonological route. It concludes that achieving the goals of the National Commitment to Literate Children (CNCA) will directly depend on promoting practical and in-depth teacher training, capable of translating scientific evidence into progressive, playful, and literacy-articulated didactic sequences, ensuring the competence and sustainability of phoneme teaching.

Keywords: decoding; phonics instruction; literacy; neuroscience; pedagogical practice.

RESUMEN

El presente estudio analiza la contribución de la conciencia fonológica para el desarrollo inicial de la lectura y la escritura en el ciclo de alfabetización, investigando las implicaciones de su incorporación en las políticas educativas brasileñas. Adopta un enfoque cualitativo de naturaleza bibliográfica y documental, realizando un análisis sistemático de la literatura de la ciencia cognitiva de la lectura y de los marcos normativos federales (PNAIC, BNCC, PNA y CNCA). Se verifica una convergencia creciente entre la ciencia y la legislación, que reconoce la conciencia fonémica como el predictor más robusto del éxito en la decodificación y la precisión ortográfica. No obstante, la investigación evidencia una significativa brecha entre la prescripción normativa y la transposición didáctica en el aula. Se observa que muchos profesores enfrentan dificultades en la implementación de prácticas de instrucción fónica sistemática y explícita, comprometiendo la formación de la ruta fonológica de los alumnos. Se concluye que el cumplimiento de las metas del Compromiso Nacional Niño Alfabetizado (CNCA) dependerá directamente de la promoción de una formación docente práctica y profunda, capaz de traducir la evidencia científica en secuencias didácticas progresivas, lúdicas y articuladas con la literacidad, asegurando la competencia y sostenibilidad de la enseñanza del fonema.

Palabras Clave: decodificación; instrucción fónica; literacidad; neurociencia; práctica pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O domínio da leitura e da escrita configura-se como a meta essencial do ciclo inicial de escolarização, sendo a alfabetização o processo-chave para a apropriação do sistema alfabético. No arcabouço da ciência cognitiva da leitura, a consciência fonológica definida como a capacidade metalinguística de segmentar e manipular as unidades sonoras da fala, especialmente no nível do fonema é

universalmente reconhecida como o preditor mais robusto e determinante para o sucesso na decodificação e na precisão ortográfica (Dehaene, 2012; Soares, 2016). Essa habilidade é o substrato cognitivo que permite à criança compreender que as letras do sistema de escrita alfabética representam os sons da língua oral.

A centralidade dessa habilidade metalinguística transcendeu o campo da pesquisa e se consolidou como uma diretriz nas políticas públicas brasileiras. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC (Brasil, 2012–2016), embora tenha enfatizado a abordagem do letramento, já reconhecia, em seus materiais formativos, a importância do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e da necessidade de desenvolver a consciência fonológica como caminho para a alfabetização (Brasil, 2012). No entanto, o tema foi significativamente aprofundado em documentos posteriores, que trouxeram maior clareza e exigência sobre o ensino explícito.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), ao estabelecer as competências e habilidades essenciais, tornou o desenvolvimento da consciência fonológica uma exigência formal no Componente Curricular Língua Portuguesa no ciclo de alfabetização, explicitando a necessidade de desenvolver a relação entre as unidades sonoras (fonemas) e suas representações gráficas (grafemas). Em seguida, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765/2019, reforçou essa orientação, adotando uma abordagem baseada em evidências científicas e listando a consciência fonêmica e a instrução fônica sistemática como dois dos seis componentes essenciais para a alfabetização eficaz (Brasil, 2019).

Essa linha de políticas culmina, mais recentemente, com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto nº 11.556/2023, que, embora revogando o PNA, reitera a meta de garantir a alfabetização de todas as crianças brasileiras até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. O CNCA, ao absorver as discussões e evidências, reforça a necessidade de melhoria das práticas pedagógicas e de formação profissional para alcançar a meta estabelecida (Brasil, 2023). Portanto, a consciência fonológica não é apenas um tema de estudo,

mas uma política de Estado que demanda investigação rigorosa sobre sua implementação.

Diante da consolidação científica e das normativas governamentais que explicitam a relevância da consciência fonológica no ciclo de alfabetização, é imperativo questionar a efetividade da transposição dessas diretrizes para o cotidiano escolar. De que maneira a formação continuada e os materiais pedagógicos propostos pelos programas federais estão, de fato, instrumentalizando os professores para o trabalho sistemático e lúdico com os fonemas? E, sobretudo, Quais são os impactos das metodologias atuais, à luz dos documentos oficiais, na proficiência em leitura e escrita das crianças no final do ciclo? Responder a essas questões é vital para subsidiar o aprimoramento das políticas educacionais vigentes.

Portanto, este estudo tem como objetivo geral analisar, à luz do arcabouço científico da leitura e das políticas educacionais brasileiras (BNCC, PNA e CNCA), a contribuição da consciência fonológica para o desenvolvimento inicial da leitura e da escrita no ciclo de alfabetização, investigando as implicações para a prática docente.

Para cumprir o objetivo geral, o trabalho se desdobrará nos seguintes objetivos específicos:

1. Mapear e sistematizar as convergências e distinções nas diretrizes sobre consciência fonológica presentes na BNCC, no PNA e no CNCA.
2. Investigar as metodologias de intervenção pedagógica empregadas por educadores do ciclo de alfabetização para promover a consciência fonêmica e analisar o grau de alinhamento dessas práticas com as recomendações oficiais.
3. Propor diretrizes de intervenção baseadas em evidências que auxiliem na formação de professores, visando otimizar o trabalho com a consciência fonológica no contexto da alfabetização brasileira.

A estrutura do artigo será organizada da seguinte forma: o Referencial Teórico aprofundará os conceitos e as bases legais; a Metodologia detalhará a análise documental e a revisão sistemática da literatura; e, por fim, a Discussão e Resultados apresentará a síntese das evidências, culminando nas Considerações Finais e nas contribuições do estudo para a área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Evolução da Política de Alfabetização no Brasil: Do PNAIC à BNCC

A criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (Brasil, 2012) constituiu um marco nas políticas de alfabetização ao instituir uma ação nacional articulada de formação continuada e apoio pedagógico aos docentes do ciclo de alfabetização. O programa tinha como objetivo assegurar a alfabetização das crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, estabelecendo metas, indicadores e referenciais de acompanhamento. Embora concebido a partir de uma perspectiva que articulava letramento e ensino do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), o PNAIC foi decisivo ao ampliar o debate sobre práticas eficazes de leitura e escrita, especialmente no que se refere à consciência fonológica.

Os cadernos formativos do PNAIC, elaborados em parceria com instituições de ensino superior, já reconheciam a centralidade do trabalho com a estrutura sonora da língua, antecipando discussões posteriormente reforçadas pela alfabetização baseada em evidências. Artur Gomes de Moraes (2012) destaca que a apropriação do SEA depende do desenvolvimento de uma consciência metalinguística que permita compreender a escrita como representação da pauta sonora das palavras, conforme registrado nos documentos oficiais do programa (Brasil, 2012).

A promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, consolidou a consciência fonológica como competência curricular obrigatória no ciclo de alfabetização. O documento explicita habilidades relacionadas ao reconhecimento de rimas, aliterações, sílabas e fonemas, formalizando o trabalho

com a estrutura sonora da língua como dimensão indissociável da alfabetização. Para os 1º e 2º anos, a BNCC estabelece habilidades diretamente associadas ao desenvolvimento fonológico, alinhando-se a estudos que evidenciam sua relevância para o sucesso leitor (Pereira *et al.*, 2016), como as habilidades EF01LP04, EF01LP06 e EF01LP07 (Brasil, 2018).

Ao definir com clareza o que deve ser ensinado, a BNCC instituiu um padrão nacional mínimo de aprendizagem, exigindo reorganizações nos sistemas de ensino, nos materiais didáticos e nos programas de formação docente. Esse movimento representou um avanço na consolidação de práticas alfabetizadoras orientadas por evidências científicas.

Entretanto, a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios. Mortatti (2020) aponta que muitos professores encontram dificuldades na adoção de práticas sistemáticas e explícitas de ensino fonêmico, em função de lacunas na formação inicial e continuada e da permanência de modelos didáticos pouco centrados no trabalho metalinguístico. Essa distância entre normatização e prática pedagógica evidencia a necessidade de políticas de formação que articulem teoria, prática e acompanhamento.

Em síntese, a transição do PNAIC para a BNCC revela um processo de amadurecimento da política de alfabetização no Brasil. Enquanto o PNAIC introduziu de forma formativa a centralidade do código alfabético e da consciência fonológica, a BNCC consolidou esses elementos como exigências curriculares explícitas, reafirmando o alinhamento progressivo entre política educacional e evidências científicas no campo da alfabetização.

2.2 A Exigência de Políticas Baseadas em Evidências

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765/2019, representou uma inflexão relevante nas políticas públicas brasileiras ao adotar explicitamente os pressupostos da ciência cognitiva da leitura como base orientadora do ensino no ciclo de alfabetização. Diferentemente de políticas

anteriores, a PNA assume posição normativa clara ao defender práticas pedagógicas respaldadas por evidências empíricas robustas, sustentadas por pesquisas nacionais e internacionais.

O documento define seis componentes essenciais para o ensino da leitura e da escrita, entre os quais a Consciência Fonológica e a Instrução Fônica Sistemática ocupam lugar central. Essa orientação dialoga diretamente com relatórios internacionais, como o *National Reading Panel* (NRP, 2000), sinalizando a inserção do Brasil em um movimento global de políticas educacionais baseadas em evidências sobre os processos cognitivos envolvidos na leitura.

A PNA afirma que a consciência fonológica entendida como a habilidade de identificar e manipular unidades sonoras da fala constitui o principal preditor do sucesso na alfabetização em línguas de ortografia transparente, como o português (Brasil, 2019). O documento também enfatiza que essa habilidade deve ser desenvolvida de forma articulada à instrução fônica sistemática, uma vez que a simples exposição à linguagem escrita não garante a compreensão do princípio alfabético.

Essa perspectiva encontra respaldo nos estudos neurocognitivos de Dehaene (2012), que demonstram a necessidade de ensino explícito das correspondências grafofonêmicas para a formação da rota fonológica e para o desenvolvimento da leitura fluente. Pesquisas nacionais, como as de Capovilla e Capovilla (2000), frequentemente citadas na PNA, reforçam a relevância da consciência fonológica e da instrução fônica no processo de alfabetização.

Entretanto, a adoção da ciência da leitura como base normativa também intensificou debates acadêmicos. Autoras vinculadas ao campo do letramento, como Soares (2016), alertam para o risco de uma política excessivamente centrada no código negligenciar dimensões sociais, culturais e discursivas da leitura e da escrita, revelando tensões teóricas que atravessam a formulação da PNA.

O documento prescreve que a instrução fônica deve ser explícita, sistemática e progressiva, com materiais adequados e progressão de dificuldade (Brasil, 2019). Sua implementação impulsionou iniciativas de disseminação das

práticas baseadas em evidências, como os Seminários Nacionais de Alfabetização promovidos pelo MEC e a ampliação da visibilidade de instituições como a Associação Brasileira de Dislexia (ABD).

Apesar disso, a PNA reconhece que sua efetividade depende de políticas consistentes de formação continuada. Estudos como os de Capellini e Gomes (2017) apontam que lacunas na formação docente, especialmente no ensino explícito de fonemas e na integração de atividades fonológicas ao planejamento, constituem um dos principais obstáculos à implementação da política.

Em síntese, a PNA (2019) consolidou um marco ao politizar o debate sobre evidências científicas na alfabetização, estimulando a validação de programas de intervenção fonológica adaptados ao português brasileiro e reposicionando a consciência fonológica como eixo estruturante do ciclo de alfabetização, em alinhamento com achados empíricos consolidados.

2.3 O Compromisso Nacional e a Continuidade da Meta de Alfabetização (CNCA)

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto nº 11.556/2023, configura-se como a política federal mais recente voltada ao fortalecimento da alfabetização no Brasil, sucedendo o PNAIC (2012) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). Embora revogue formalmente a PNA, o CNCA não rompe com os fundamentos científicos relacionados à consciência fonológica, reafirmando a alfabetização como prioridade nacional e enfatizando uma governança colaborativa entre União, estados e municípios.

Diferentemente da PNA, fortemente ancorada na ciência da leitura, o CNCA assume uma orientação mais operacional, voltada à garantia de condições materiais, pedagógicas e de gestão para assegurar a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. O decreto atribui à União responsabilidades relacionadas à produção e distribuição de materiais pedagógicos de alta qualidade, bem como ao fortalecimento dos processos de monitoramento e avaliação da aprendizagem (Brasil, 2023).

Essa agenda adquire especial relevância no contexto pós-pandemia, marcado por retrocessos significativos nos índices de leitura. Embora o CNCA não utilize explicitamente a terminologia “instrução fônica sistemática”, suas metas e diretrizes pressupõem um ensino intencional, progressivo e rigoroso do princípio alfabético. A exigência de materiais didáticos qualificados e a antecipação da meta de alfabetização para o 2º ano indicam a permanência da consciência fonológica como eixo estruturante do processo alfabetizador, dada sua sólida base empírica.

A formação continuada ocupa posição central na política, reconhecendo-se que a efetividade do CNCA depende diretamente da qualificação dos professores alfabetizadores. O decreto destaca o apoio federal à formação voltada a práticas pedagógicas eficazes e à recomposição das aprendizagens (Brasil, 2023), em consonância com estudos que evidenciam lacunas persistentes na formação docente para o ensino explícito de habilidades fonêmicas (Capellini; Gomes, 2017).

O CNCA também enfatiza o monitoramento contínuo da aprendizagem, incluindo avaliações diagnósticas e instrumentos de triagem. Pesquisas da psicopedagogia e da neuropsicologia educacional apontam que a consciência fonológica constitui um marcador precoce de risco para dificuldades de leitura, devendo ocupar lugar central em avaliações preventivas e intervenções iniciais (Snowling; Hulme, 2020).

Ao integrar a eficácia do ensino do código com princípios do letramento, o CNCA dialoga com as contribuições de Soares (2016), sinalizando um esforço de síntese pedagógica que busca articular rigor científico e sensibilidade sociocultural. Assim, o decreto de 2023 reafirma a alfabetização como compromisso de Estado, reconhecendo que metodologias eficazes entre elas, o ensino explícito das correspondências grafofonêmicas são essenciais para garantir o direito à leitura e à escrita.

Por fim, destaca-se a relevância de pesquisas acadêmicas para avaliar a efetividade das diretrizes do CNCA, subsidiando ajustes, aprimorando programas de formação continuada e fortalecendo políticas públicas voltadas à aprendizagem inicial da leitura e da escrita.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise sistemática de produções científicas e de marcos normativos que tratam da consciência fonológica e das políticas públicas de alfabetização no Brasil. A escolha por esta metodologia justifica-se pelo objetivo central do estudo, que requer compreender tanto os fundamentos teórico-científicos da consciência fonológica quanto a forma como esses fundamentos foram incorporados e reinterpretados em documentos oficiais, tais como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

O corpus da pesquisa foi constituído por artigos científicos indexados em bases nacionais e internacionais (SciELO, CAPES, Eric, Google Scholar) publicados entre recentemente, além de documentos normativos emitidos pelo Ministério da Educação. As buscas utilizaram descritores como “consciência fonológica”, “alfabetização”, “instrução fônica”, “ciência da leitura”, “BNCC”, “PNA” e “CNCA”.

Foram selecionadas obras reconhecidas na área da alfabetização e da ciência cognitiva da leitura, como os trabalhos de Dehaene (2012) sobre neurociência e rota fonológica, as contribuições de Soares (2016) e Mortatti (2020) sobre alfabetização e letramento, além de estudos empíricos e revisões teóricas produzidas por autores nacionais e internacionais que analisam habilidades fonológicas e prática pedagógica, como Snowling e Hulme (2020), Capellini e Gomes (2017), Pereira *et al.* (2016) e Capovilla e Capovilla (2020).

Após a constituição do material, procedeu-se à leitura analítica, com extração das categorias principais: fundamentação neurocientífica da leitura, estrutura do sistema alfabético, papel da consciência fonológica, instrução fônica sistemática, formação docente e transposição didática, políticas curriculares e implementação pedagógica. A análise documental dos marcos normativos considerou os trechos que explicitam o tratamento dado ao ensino das unidades

sonoras e à relação grafema fonema, permitindo identificar convergências, tensões e evoluções entre PNAIC, BNCC, PNA e CNCA.

A análise integrativa consistiu na comparação entre os aportes científicos e as orientações políticas, buscando compreender em que medida os documentos normativos incorporam achados empíricos reconhecidos pela literatura e como isso repercute nas recomendações pedagógicas. Essa etapa foi essencial para mapear as lacunas entre o discurso normativo e a prática docente relatada na literatura científica, sobretudo no que diz respeito ao ensino explícito de fonemas e à formação continuada.

Como etapa final da metodologia, sintetizaram-se as evidências encontradas, articulando dados empíricos, bases legais e teorias cognitivas, o que permitiu avaliar como a consciência fonológica vem sendo tratada tanto na produção científica recente quanto nas políticas públicas brasileiras. Embora a pesquisa não envolva seres humanos e, portanto, dispense análise ética em comitê, apresenta limitações inerentes à natureza documental, como a dependência da disponibilidade de estudos recentes e a heterogeneidade metodológica entre as obras consultadas. Ainda assim, o conjunto analisado fornece base sólida e consistente para compreender os desafios e possibilidades da efetivação da consciência fonológica no ciclo de alfabetização.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise integrativa dos documentos normativos e da literatura científica revelou um conjunto consistente de achados alinhados aos objetivos desta pesquisa. Os resultados indicam um consenso crescente, tanto nas políticas públicas quanto na produção acadêmica, acerca do papel central da consciência fonológica no processo de alfabetização, especialmente no desenvolvimento inicial da leitura e da escrita. Contudo, também evidenciam um distanciamento significativo entre as prescrições normativas e as práticas pedagógicas efetivamente realizadas nas salas de aula.

O mapeamento das políticas educacionais demonstra que, ao longo da última década, a consciência fonológica passou de uma recomendação indireta nos

materiais do PNAIC (2012–2016), associada ao trabalho com a pauta sonora e o Sistema de Escrita Alfabética, para uma exigência curricular explícita na BNCC (2018). Esse movimento foi aprofundado pela PNA (2019), que a consolidou como componente essencial da alfabetização, e reafirmado pelo CNCA (2023), que a posiciona como elemento estratégico para garantir a alfabetização até o 2º ano, especialmente no contexto de recomposição das aprendizagens.

A principal convergência identificada é o reconhecimento de que o desenvolvimento da consciência fonológica está diretamente relacionado ao avanço da leitura e da escrita. Esse entendimento é amplamente sustentado pela literatura científica. Snowling e Hulme (2020) apontam a consciência fonêmica como o preditor mais consistente do sucesso leitor em sistemas alfabéticos, enquanto Dehaene (2012) demonstra que a aprendizagem da leitura depende da formação explícita da rota fonológica e da internalização das correspondências grafema–fonema.

Entretanto, os resultados também revelam fragilidades na implementação dessas diretrizes. Estudos como os de Capellini e Gomes (2017) indicam que muitos professores apresentam dificuldades conceituais e didáticas no ensino fonêmico, como a distinção entre fonema e grafema, o planejamento de atividades de manipulação sonora e a condução de intervenções progressivas. Mortatti (2020) reforça que mudanças normativas não se traduzem automaticamente em mudanças práticas, sobretudo na ausência de formação continuada consistente e de materiais pedagógicos estruturados.

Outro achado relevante refere-se à eficácia das intervenções que utilizam jogos fonológicos, atividades manipulativas e estratégias lúdicas. Pesquisas clássicas de Capovilla e Capovilla (2000), corroboradas por estudos empíricos nacionais recentes, demonstram ganhos significativos em consciência fonêmica, especialmente entre crianças com maior risco de dificuldades de leitura, quando são utilizadas atividades como segmentação oral, substituição fonêmica, identificação de rimas e manipulação concreta de sons.

A análise também evidencia que a ausência de ensino fonêmico explícito compromete a decodificação e a fluência leitora. Crianças que não desenvolvem a habilidade de converter grafemas em fonemas tendem a recorrer ao reconhecimento global de palavras, dificultando a automatização da leitura, conforme discutido por Dehaene (2012).

A partir do conjunto dos resultados, emergem três diretrizes centrais para o fortalecimento da formação docente e da prática pedagógica: (1) a necessidade de formação continuada baseada em evidências, que possibilite ao professor conhecer e ensinar explicitamente os fonemas do português brasileiro; (2) a adoção de sequências didáticas estruturadas e progressivas, da unidade maior à menor; e (3) a integração da consciência fonológica às práticas de letramento, articulando código e sentido, conforme defendem Soares (2016) e Morais (2012).

Os resultados indicam que o alcance das metas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023) depende diretamente da qualidade da formação docente e dos materiais pedagógicos ofertados às redes de ensino. Assim, conclui-se que o desafio contemporâneo não reside mais na legitimação da importância da consciência fonológica, mas na garantia de sua implementação sistemática, explícita e sustentável nas práticas pedagógicas do ciclo de alfabetização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar, à luz da ciência cognitiva da leitura e dos principais marcos das políticas educacionais brasileiras, PNAIC, BNCC, PNA e CNCA, a contribuição da consciência fonológica para o desenvolvimento inicial da leitura e da escrita no ciclo de alfabetização, bem como suas implicações para a prática docente.

A análise integrada da literatura científica e dos documentos normativos evidenciou que a consciência fonológica se consolidou como eixo estruturante da alfabetização no Brasil, tanto no plano teórico quanto no legal, deixando de ocupar

posição periférica para tornar-se componente indispensável da apropriação do Sistema de Escrita Alfabética.

No que se refere ao Objetivo Específico 1, os resultados indicam uma evolução consistente das políticas públicas ao longo da última década. O PNAIC destacou a importância do SEA e da pauta sonora, com respaldo em autores como Morais (2012). A BNCC incorporou explicitamente a consciência fonológica como conjunto de habilidades obrigatórias no ciclo de alfabetização. A PNA avançou ao reconhecer a consciência fonêmica e a instrução fônica sistemática como componentes centrais, alinhando o Brasil à ciência da leitura. O CNCA, por sua vez, reafirmou a alfabetização nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental como prioridade e deslocou o foco para a formação docente, os materiais pedagógicos e o monitoramento das aprendizagens.

Esse percurso evidencia um alinhamento progressivo entre política educacional e evidências empíricas oriundas da neurociência e da psicologia cognitiva da leitura. A literatura analisada confirma que a consciência fonológica, especialmente em seu nível fonêmico, constitui um dos preditores mais robustos da aprendizagem da leitura em sistemas alfabéticos.

Quanto ao Objetivo Específico 2, os resultados evidenciaram que a principal fragilidade da alfabetização brasileira reside na transposição didática. Estudos de mostram que muitos professores enfrentam dificuldades conceituais e metodológicas no ensino fonêmico, como distinguir fonema e grafema, planejar atividades de manipulação sonora e organizar sequências didáticas progressivas e explícitas.

Em relação ao Objetivo Específico 3, o estudo apontou diretrizes de intervenção baseadas em evidências, organizadas em três eixos: formação prática do professor, estruturação hierárquica do trabalho fonológico e integração da consciência fonológica às práticas de letramento. A literatura demonstra que intervenções eficazes utilizam atividades lúdicas e manipulativas, como jogos de rimas, segmentação oral e substituição fonêmica

A conclusão central é que o desafio contemporâneo da alfabetização no Brasil não reside mais na legitimação da importância da consciência fonológica, mas

em sua conversão efetiva em práticas pedagógicas sistemáticas, planejadas e sustentáveis. As políticas recentes, sintetizadas no CNCA, dependem da capacidade do sistema educacional de promover uma formação docente que transforme diretrizes normativas em rotinas didáticas explícitas de trabalho com os fonemas.

Os achados indicam que a efetividade do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada está condicionada à coerência entre o discurso legal e as condições reais de trabalho nas escolas, o que implica investimentos em formação continuada baseada na ciência da leitura, acompanhamento pedagógico, materiais estruturados e tempo institucional para planejamento e análise de dados diagnósticos.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, este estudo não incorporou dados empíricos de sala de aula, o que constitui uma limitação. Ademais, a diversidade metodológica das obras analisadas dificulta comparações diretas entre resultados. Diante disso, sugerem-se investigações futuras que envolvam estudos de intervenção em larga escala vinculados ao CNCA, análises da qualidade da formação continuada e pesquisas longitudinais sobre os efeitos de diferentes modelos de intervenção fonológica nas trajetórias leitoras.

Em síntese, a consciência fonológica permanece como elemento estruturante da alfabetização no Brasil. Superar os desafios atuais exige um compromisso que transcenda a normatização e alcance a excelência na formação e na prática pedagógica, garantindo que o direito de aprender a ler e escrever com autonomia e compreensão se efetive para todas as crianças no ciclo de alfabetização.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 22 dez. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 19 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: A aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética. Brasília, DF: MEC, 2012.

CAPELLINI, Simone A.; GOMES, Adriane C. Desempenho de escolares com e sem dificuldades de aprendizagem na consciência fonológica e processamento auditivo. *Revista CEFAC*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 448–456, jul./ago. 2017.

CAPOVILLA, Alessandra G. S.; CAPOVILLA, Fernando C. Efeitos do treino de consciência fonológica e de leitura em escolares com dificuldades de leitura e escrita. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 7–34, 2000.

DEHAENE, Stanislas. Os neurônios da leitura: como a ciência pode ajudar a alfabetizar. Porto Alegre: Penso, 2012.

MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de Escrita Alfabética. In: BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: A aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética. Brasília, DF: MEC, 2012. p. 7–16.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História e políticas de alfabetização no Brasil: o vai-e-vem de saberes e práticas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, e227806, 2020.

PEREIRA, Luciana D. *et al.* Nível de desenvolvimento da consciência fonológica em crianças no 1º ano do ensino fundamental. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 25, n. 61, p. 115–130, jan./abr. 2016.

SNOWLING, Margaret J.; HULME, Charles. *The science of reading: a handbook*. 2nd ed. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2020.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. Revista Pátio, Porto Alegre, n. 75, p. 8–11, nov. 2016.



